



A CONSCIÊNCIA HÍBRIDA: “HISTÓRIA. FICÇÃO. LITERATURA.”, DE LUIZ COSTA LIMA.

Pedro Spinola Pereira Caldas
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
pedro.caldas@gmail.com

Movido por cuidado ou simples curiosidade, o leitor que observar atentamente o índice do *História. Ficção. Literatura*,¹ novo livro de Luiz Costa Lima, poderá ter duas reações: caso jamais tenha se deparado com uma de suas obras, haverá de se indagar como o autor haverá de percorrer intervalos temporais e espaciais de consideráveis dimensões. Não demorará, porém, a perceber que tem em mãos um trabalho cujo recorte temático não segue os padrões habituais de especialização. Nele, Luiz Costa Lima trata de Heródoto e Tucídides, de Virgílio e da leitura que o romancista austríaco Hermann Broch fará do poeta latino, sem deixar de lado alguns especialistas competentes como François Hartog. Wolfgang Iser faz-se presente pouco após o tratamento de Ovídio e Bentham. E mais ao fim Graciliano Ramos e Euclides da Cunha serão objetos de estudos de caso. Um mínimo de atenção guia o olhar do leitor: mesmo sendo obra reflexiva, teórica, Costa Lima procura testar o fôlego especulativo do que apresenta, submetendo a teoria ao exame que – eis a primeira fronteira a ser ignorada – alia “empíria” e “conceito” não através da adequação, mas possivelmente como instrumento a partir do qual se pode até mesmo medir o grau desta incompatibilidade.

Aquele, porém, que for leitor habitual de seus textos, perceberá a manutenção de seu estilo: a desobediência perante fronteiras discursivas, manifesta na vontade de articular o que geralmente encontramos em gavetas bem diversas, para não dizer cômodos bem distintos. A este leitor sempre caberá a pergunta que o próprio autor se faz:

¹ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Por que a matéria do cotidiano é coberta por uma mesma forma de discurso, embora contenha uma variedade infindável [...] Sempre me impressionou a diferença de conduta que temos dentro de um elevador ou na rua. No elevador, temos todo o cuidado em não tocar em quem está próximo. Na rua, procuramos não esbarrar no outro, mas se isso suceder, um esboço de desculpa é suficiente.²

Assim, deverá o leitor se comportar perante Graciliano Ramos da mesma maneira que se depara com Ovídio? Se ele não for especialista em literatura brasileira ou latina, certamente conviverá com tais autores canônicos de uma maneira distinta de alguém que tenha ocasionalmente preparado tese de doutoramento sobre *Memórias do Cárcere* ou sobre as *Metamorfoses*. E quanto a Tucídides, ou Heródoto? Ou seja: qual o *frame*, qual a moldura do livro de Luiz Costa Lima? Será esta pergunta legítima?

O livro será tanto mais proveitoso quanto menos retalhada for a leitura, quanto mais atenta esta for em relação a algumas discussões essenciais que o perpassam. Tenho sérias dúvidas se uma colagem de leituras de especialistas traria algum rendimento, e, neste sentido, por mais que, cronologicamente, o livro abarque quase a totalidade da dita história ocidental, ele não traz consigo uma implícita filosofia da história, de maneira que a leitura do mesmo me lembra o que Maurice Merleau-Ponty disse em seu excelente texto sobre Max Weber, denominado *A crise do entendimento*: o fato do sociólogo alemão ser um racionalista que considere sempre a possibilidade de construção de sentidos não faz de seu pensamento a decodificação de uma idéia que se desvele temporalmente³. Ou, para acompanhar a própria formação intelectual do autor, como contribuirá cada parte para a composição de seu questionamento? *Pars per toto*, tal como fizera Erich Auerbach em seu legendário *Mimesis*? Ou uma forma cambiante deste método de Auerbach? Se não pretende em momento algum o que diz um Graciliano, ou um Ovídio, um Heródoto ou um Broch, é porque há algo no suposto fragmento de cada um que permite que se vislumbre não tanto a totalidade de suas obras, mas algumas perguntas cujo encaminhamento se torna mais fácil a partir delas – delas e não a partir de outras. Talvez uma outra solução seja possível: é um autor marcado pelo estudo de Friedrich Schlegel – de um Schlegel ainda não convertido ao catolicismo, claro está – que vê no fragmento a possibilidade de uma forma parcial que não se confunde com uma insuficiência, com uma amputação. *Pars per toto*, por mais que não saibamos qual seja este *toto*. Na verdade, a escolha do grupo de obras, feita

² LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 76.

³ Cf. MERLEAU-PONTY, Maurice. **As Aventuras da Dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

pelo autor, desvenda-se ao longo do livro: o clássico é plástico. O clássico não é dogmático, tampouco um conjunto de preceitos que deve ser fielmente seguido. O clássico é capaz de adaptar-se às várias verdades, ou, mais do que isso, “ajuda” cada época a encontrar uma representação de si mesma (sei que o sotaque hegeliano não faz parte da semântica de nosso autor) sem que por esta época ou aquela cultura o clássico se sacrifique e nela se dissolva. Pelo contrário: as ultrapassa.⁴

Uma consideração teórica é indispensável para tratar de um texto teórico. Destaco alguns momentos do livro, para que se possa perceber que a ausência de um “secreto centro”, como diria Jorge Luiz Borges, não joga o leitor nas trevas. No prefácio, Luiz Costa Lima demarca o lugar de seu discurso: a do sujeito fragmentado que precisa tornar-se consciente de sua fragmentação. E o estudo posterior da história, da ficção e da literatura como discursos diferentes, ainda que aparentados – uma vez que a sua relação com o imaginário serve de parâmetro de comparação – haverá de elaborar não exatamente o grau de consciência desta discrepância que nos precisa ser clara através de formas específicas de expressão. Se respondemos a partir de uma estrutura antropológica de Reinhart Koselleck, seja da fímbria que nos situa no mundo (William James), sabendo-se que tal operação ocorre e que não é natural. Este lugar do autor, sinceramente, parece-me claro em um dos momentos altos do livro, a saber: a parte em que Luiz Costa Lima estuda o conceito de Homem como *Mangelwesen*, ser em falta, presente em *Der Mensch*, obra clássica do filósofo alemão Arnold Gehlen. (Em tempo: o leitor fica convidado a pensar que, tendo Gehlen se baseado em Herder, rival de Kant, como se pode tracejar tal idéia desde o final do XVIII alemão até a atualidade. Fica aqui o registro, sobretudo quando se sabe que tal idéia de *Mangelwesen*, em Herder, encontra-se elaborada em seu *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*, de 1772). É a experiência antropológica fundamental que Costa Lima percebe em Gehlen que permitirá uma elaboração rica para tratar da porosidade das fronteiras discursivas, ou, ainda, porque estas são inevitáveis, ou, diria mesmo, necessárias. Diz-nos o autor: “Desterritorializados, com um aparato instintivo paupérrimo, porém todas da capacidade de não só reconhecer, mas de antecipar as manifestações de seu desamparo, os homens também vivem a ilusão de poder exorcizá-lo”.⁵

⁴ Cf. LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 242.

⁵ Ibid., p. 148.

E quais são as formas possíveis e necessárias de tal exorcismo? E por que esta forma não será jamais única na história ocidental?

Logo na abertura da seção sobre a historiografia [Seção A: A Escrita da História] a epígrafe é bastante elucidativa. Nela, escreve Droysen em uma das mais belas passagens do grandioso *Historik*: “a compreensão humana apreende apenas o meio; não apreende o começo, nem o fim”.⁶ Droysen, talvez o historiador que, em todos os tempos, tenha demonstrado mais sensibilidade e talento para a dimensão reflexiva de seu ofício, levanta o problema que Costa Lima desenvolve e destrincha ao longo da complexa seção. Aqui não é possível ir além de uma tosca síntese: o historiador lida com fragmentos, o que implica pensar, no limite, que Costa Lima analisa em Heródoto e no estudo que a este dedica François Hartog. A História vive a partir de uma aporia – não apesar dela, não contra ela. Mas dela depende essencialmente, devendo apenas ter o historiador a honestidade de assumi-la:

[...] a legitimação sobre o que fora específico no fazer de Heródoto agora tematiza a própria aporia da história: ela perde seu caráter de implicitamente respaldada em alguma *essência* – e que essência poderia ser mais nobre para os metafísicos, que tanto a prezam, senão a *alétheia*, a verdade? – passível de ser delimitada por um objeto próprio à história. Em vez de anunciar algo antes inefável, a investigação que configura a história não se caracteriza senão por um *état d'esprit*; por conduzir a uma disposição anímica, passível, entretanto, de se objetivar em um método, *un type de démarche*.⁷

A partir desta inflexão indicada na aporia da verdade, várias questões convidam o leitor a refletir, e, quiçá, a pensar em bases para pesquisas, sobretudo se for um especialista em teoria da história e história da historiografia (embora, evidentemente, o livro não se destine exclusivamente a este campo profissional). Da mesma forma que seu novo livro não se estrutura a partir da linearidade cronológica a partir da qual se revela uma idéia totalizante, a obra de Luiz Costa Lima também apresenta saltos que ora se tornam mais evidentes, ora mais discretos: esta é preocupação antiga do nosso autor, que em 1989, em seu livro *Aguarrás do tempo*, fará uma enorme reflexão em torno da narrativa que haverá de considerar o caráter poético não como uma província impenetrável dos estudos literários, mas, sobretudo, como algo que se revela a partir da capacidade de produzir associações inesperadas. Se ao crítico literário não cabe a arrogância da posse da criatividade da análise do ser ungido que é o

⁶ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31.

⁷ *Ibid.*, p. 60-61.

artista, tampouco pode o historiador furtar-se de ver em sua tarefa como algo que depende de elementos que ultrapassam a sóbria descrição.

A natureza da escrita da história só pode começar a ser elaborada adequadamente se for considerado o que, um dia, Johann Gustav Droysen chamou de a natureza morfológica do objeto histórico, e do que Jacob Burckhardt entendeu ser o modo coordenativo do saber histórico, que opor-se-ia então ao modo das operações conceituais filosóficas mais afeitas a criar hierarquias sistemáticas e conceituais. Embora Costa Lima não se refira a este aspecto do pensamento de Droysen e não mencione Burckhardt, ele apresenta ao leitor tanto o que o pensamento histórico (ou historicizante, não em sentido negativo) pode ter de cognitivo (e aí menciona Simmel), como de estrutural, e aí se refere à idéia de camadas de tempo, de sincronia do diacrônico, termos que contemporâneos como Koselleck e Ernst Bloch utilizaram, mas que foram batizados pelo já mencionado Herder em seu pouco estudado *Metakritik zur Kritik der reinen Vernunft*. O princípio coordenativo de Burckhardt é elaborado com mais sofisticação por Georg Simmel: a plasticidade do objeto histórico reflete-se na escrita da história, ou esta é a ferramenta do escultor, através do qual e somente através da qual tal plasticidade se desvela. Mas este escultor não domina inteiramente a matéria que se lhe antepõe: na verdade, é nesta alteração que se revela a própria fragmentação do sujeito. Como bem diz Costa Lima, importa menos perceber o caráter do historiador, mas como há, nesta atividade específica e circunscrita, uma resposta que se ancora na filosofia antropológica. Sujeito humano desterritorializado e consciente de sua falta essencial. Falta esta a qual a historiografia pode ser uma resposta possível. E jamais a única. A arte poderá ser uma outra forma possível de elaboração desta falta:

Nascida de um plano, que não se confunde nem com o manipulativo da técnica e da ciência, nem como o de doação do sentido/não-sentido das coisas, próprio da filosofia, a imaginação da arte não é, por si, nem autocompensatória nem documental; no primeiro caso, ela devolveria aquele que a experimenta a si mesmo; no segundo, o devolveria ao mundo. Em ambos os casos, seria algo dispensável. A arte documental ou se nega a si própria – o mundo a que ela devolve será sempre mais rico do que ela – ou assumirá o aspecto de mero ornamento.⁸

O leitor já encontra algo bastante semelhante no livro publicado há seis anos atrás pelo mesmo autor (*Mimesis: desafio ao pensamento*). Neste *História. Ficção*.

⁸ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.149.

Literatura o tratamento procura aliar a base conceitual com estudos de caso com raio de abrangência mais amplo. Importa ressaltar o debate que o autor trava com Wolfgang Iser, que deve ser enfatizado, uma vez que Costa Lima trouxe o debate sobre a estética da recepção para o Brasil. O encontro com Iser se compreende a partir da bela leitura que o autor faz de *A Morte de Virgílio*, de Hermann Broch, e, portanto, da recepção de Virgílio em um leque temporal quase inatingível. O ocidente torna-se a consciência da cisão entre beleza e realidade: isto que se revela no livro de Broch (que, aliás, precisa urgentemente ser reeditado entre nós) é tematizado de longa data por Iser: os *Leerstellen*, os lugares-vazios que a ficção torna evidentes porque autoreferentes em sua própria produção e enunciação, dependem de uma estrutura já ensaiada em Gehlen e pensada pelo próprio Iser: somente um mundo totalmente armado por um sistema total seria capaz de adequar totalmente o símbolo que se produz e aquilo que ele descreve. Costa Lima, concordando mais do que divergindo de Iser, utilizará o estatuto do ficcional para elaborar novamente a mimesis. E, para tal, falará da literatura.

A Literatura será o lugar do híbrido, a sede onde não caberá mais a máscara da tentativa de superação de nossa essência defeituosa e em falta, para usar a idéia de *Mangelwesen*, de Arnold Gehlen. É este o sentido da análise de uma obra como *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos e de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Por ora, creio ser mais oportuno apresentar ao leitor o que Costa Lima diz a partir da Graciliano, posto que já dedicasse todo um livro a Euclides (*Terra ignota: A Construção de Os Sertões*, 1997). O autor apresenta *Memórias do Cárcere* como momento para um estudo de caso. Memória ou literatura? A autobiografia é um impulso de Narciso, uma micro-totalidade que se corta sem dificuldades, ou, como é o caso, de Graciliano, a experiência da consciência da própria fragmentação que seria inseparável da linguagem em seu movimento próprio de expressão? É um auto-exame que não poderia cumprir-se de outra maneira que não fosse a do hibridismo. Implacável consigo mesmo, acaba apontando para a transitoriedade e, por extensão, para a própria possibilidade de alteração. Se a teoria por vezes sabe a confinamento, ela também poderia ser equivalente (com todo o respeito pela experiência atroz do autor de *Vidas secas*) à experiência do cárcere, que, claro, não mais é a caverna platônica, sendo, assim, necessariamente híbrida.